



Entrevista concedida pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante encontro com representantes do Fórum da Sociedade Civil, na 11ª Unctad

São Paulo-SP, 15 de junho de 2004

Jornalista: A minha pergunta, Presidente, é: o que o Brasil vai fazer para que os acordos internacionais não comprometam a capacidade dos países para implementar políticas públicas na defesa da agricultura familiar e da soberania alimentar? Muito obrigado.

Presidente: O Celso Amorim poderia chamar, um dia desses, um grupo de pessoas para saber como é que se dá um acordo internacional. São tantas reuniões, tantas palavras e tantas vírgulas que, dificilmente, mesmo que nós fôssemos ingênuos, deixaria passar alguma coisa que pudesse comprometer a soberania dos países de fazerem as suas políticas sociais. Sobretudo porque, muitas vezes, você precisa fazer concessões. Se você for levar em conta a briga que nós temos, a boa briga, por exemplo, no governo, é que todo país do mundo só quer vender. Nenhum país quer comprar. Todos querem ter saldo comercial positivo, ninguém quer ter déficit comercial. Mas o Brasil precisa vender e precisa comprar. Nós temos que ajudar os países mais pobres, comprar coisas deles porque, senão, como é que eles vão produzir? Então, sempre tem a contrapartida, aquilo que nós chamamos de reciprocidade. Há países menores para os quais nós temos que facilitar as coisas, para que eles consigam vender os produtos deles para nós, às vezes até pagando um pouco mais caro. Nós temos que comprar determinados produtos que poderíamos comprar mais barato no Canadá ou em outra parte do mundo, mas compramos aqui porque precisamos ajudar. É o caso do arroz do Uruguai. Nós tivemos que



comprar, porque essa é a política; nós vamos ter que comprar do Paraguai, vamos ter que comprar da Bolívia.

Eu tenho discutido muito com o Celso e com outros ministros. Se a gente quiser ajudar a Bolívia, nós vamos ter que ajudá-la a produzir coisas que possam vender para nós mesmos, porque o mercado mundial é muito fechado. Se nós não tivermos essa política de solidariedade, nós não daremos os passos que precisamos dar.

A Iara citou a questão da agricultura familiar. Até por uma questão de fé, de compromisso, essa é uma das coisas pela qual nós mais temos brigado, não apenas para levar em conta a necessidade de a agricultura familiar se preparar para exportar, sobretudo, produtos orgânicos, mas, principalmente, a capacidade que estamos criando para que a agricultura familiar seja, efetivamente, competitiva.

Só para você saber, Iara, quando nós tomamos posse, descobrimos uma coisa fantástica. Os assentados – está aqui o presidente da CONTAG, que pode me dizer – não tinham financiamento do Banco do Brasil, sabe por quê? Porque não havia licenciamento prévio da sua propriedade. O Ibama não tinha dado licenciamento, então, eles não conseguiram chegar ao Banco do Brasil.

Desta vez, em nove meses, nós conseguimos liberar o dobro do dinheiro que foi liberado no ano anterior, numa demonstração de que neste ano vai crescer mais, no ano que vem vai crescer mais e, quem sabe, a gente tenha na agricultura familiar não apenas um potencial de geração de empregos e produção de alimentos para o mercado interno, mas, hoje, com o mundo consumindo cada vez mais produtos orgânicos, quem sabe, a gente tenha uma agricultura familiar que possa colocar valor agregado nos seus produtos e ganhar muito dinheiro com isso.

É com esse sonho e com esse objetivo que nós trabalhamos e esperamos poder concretizar, numa parceria. Nós temos estados do Brasil que,



em 2002, não fizeram um contrato no Banco do Brasil, para o Pronaf. Por quê? Porque o Banco do Brasil não estava preparado para atender pequenos, pobres.

Tudo isso é um projeto cultural, não é imposição, viu, Iara? A gente, também, não consegue fazer isso apenas dando ordem, não. É preciso um trabalho de treinamento para as pessoas tratarem com o mesmo carinho um cidadão que vai pedir 20 mil e um cidadão que vai precisar apenas de 1.500 reais.

Essa é uma questão cultural e você conhece, como ninguém, o trabalho que a gente tem para fazer a cabeça das pessoas.

_____: Senhor Presidente do Brasil, no Fórum sobre o desenvolvimento sustentável, o Brasil se comprometeu, juntamente com todos os outros países, a promover ativamente a responsabilidade de empresas. E nós queremos saber se o Brasil irá apoiar esse chamado, aqui na UNCTAD, no sentido de convencer os Estados Unidos que eles devem diluir o compromisso feito pela comunidade internacional, em Johannesburgo. Esclarecendo que a UNCTAD deve desenvolver políticas em regulamentos internacionais junto às empresas internacionais. E se o senhor concorda em nos apoiar no nosso chamado de não retroceder naquilo que foi decidido em Johannesburgo, no sentido de defender regras para as grandes empresas. Queremos saber o que o senhor Presidente irá dizer na Cúpula, na semana que vem, em Nova Iorque, se será feito um chamado ao secretário-geral Annan para ir além desse pacto, onde falta compromisso, e que foi demonstrado em estudos ser uma das iniciativas voluntárias que não estão produzindo desenvolvimento sustentável.

Então, se será pedido ao secretário-geral e, além deste compromisso, mostrando a dedicação que vimos no seu discurso, hoje, no sentido de defender os direitos dos povos e obrigar as empresas internacionais a serem mais responsáveis. Obrigado.



Presidente: Sobre a questão da responsabilidade de empresas multinacionais, na verdade, o que nós queremos é que toda empresa seja responsável. Nós estaremos sempre favoráveis a que sejam estabelecidas regras claras de compromisso social para empresas multinacionais e para empresas nacionais. Eu comuniquei a vocês, ali, de uma proposta, o PNUD participou da reunião, em que os empresários me propuseram, através do Ethos, uma Semana de Solidariedade. Essa idéia surgiu porque no estado brasileiro chamado Rio Grande do Sul – lá em Porto Alegre, onde já aconteceu o Fórum Social – tem um empresário chamado Israel Tovar que, há sete anos, em um sábado no mês de maio, leva todos os funcionários para trabalhar. Ele dá a matéria-prima e os trabalhadores trabalham de graça, e tudo que produzem é dado para instituições, hospitais e creches. São os empregados que decidem que entidade vai receber a produção. Daí, surgiu a idéia de se criar uma Semana de Solidariedade em agosto, em que a sociedade civil vai começar a fiscalizar o cumprimento das Metas do Milênio.

E aí entra a questão da cobrança da responsabilidade que deve ter desde uma pequena propriedade, até o compromisso que deve ter o empresário multinacional. Eu acho que isso é uma meta a ser perseguida por todos os países e por todos nós, governo e sociedade civil.

Jornalista: Bom, eu gostaria de falar, é um baiano, que fala em português. Mas não é bem como na representação da (inaudível), é como secretário-geral adjunto que eu gostaria de falar, representando 230 centrais sindicais em 150 países, 152 milhões de trabalhadores e aqui, no Brasil, representando a CUT, a CGT e a (inaudível) sindical.

Presidente, ministros, a questão que eu queria colocar é muito simples: a Comissão Mundial sobre a Dimensão Social da Globalização lançou o seu relatório em fevereiro, que foi discutido na OIT em março e está sendo discutido nesta Conferência. Dentro das recomendações que tem esse relatório



está a criação de um Fórum Mundial sobre a discussão de políticas de globalização.

Sobre a pergunta que foi inicialmente pleiteada para eu fazer, pelos companheiros da (inaudível), eu disse assim: não vou fazer essa, vou acrescentar mais alguma coisa, que essa eu já sei a resposta, que o governo brasileiro já implementou fóruns para o diálogo social. A nossa preocupação é com o diálogo social e com a implementação de política, com a participação, conforme o discurso do próprio Presidente aqui, recentemente.

Mas os trabalhadores têm dificuldade – mais do que uma pergunta, é uma proposta – e nessa dificuldade o governo brasileiro poderia ajudar, que é: como levar a discussão do diálogo social, da questão social para os países em desenvolvimento, considerando a liderança que o Brasil exerce no G-20, e que essa liderança que possa introduzir essa discussão, de tal maneira que ela não seja interpretada como uma defesa de interesses dos países desenvolvidos, em questão de cláusula social e de novas dificuldades para a exportação dos produtos.

Então, a idéia é essa, é uma proposta que eu faço e eu tenho certeza que não somente em nome da (inaudível) mas, às vezes, as centrais mundiais também apóiam. Nós nos colocamos à disposição, instauramos a possibilidade e queremos uma opinião sobre como o Presidente vê a possibilidade de exercer essa liderança, colocando no G-20, de uma forma aberta, franca, o diálogo social. Nós estamos dispostos a fazer essa discussão.

Muito obrigado, Lula.

Presidente: Nós sempre temos o cuidado de, na conversa com nossos parceiros do G-20 e outros parceiros, levar em conta a realidade de cada país, sem permitir que eles entendam que nós estamos querendo nos intrometer em coisas que são decisões soberanas deles. Muitas vezes essa questão social, tal como colocada pelos países ricos, tornaria inviável os países pobres ainda



mais, porque nós não teríamos como, num passe de mágica, ter as mesmas obrigações e cumprimento de regras e de coisas que são conquistas de um século dos países desenvolvidos.

Os países ricos não começaram com essas condições do dia para a noite. Isso foi sendo construído ao longo de anos e anos, décadas de crescimento. Os trabalhadores foram conquistando e, hoje, chegaram a um padrão de conquista que combina com o padrão tecnológico de cada país, e mesmo os trabalhadores ganhando mais e tendo mais direitos, os produtos conseguem chegar a um preço mais baixo. Os países pobres ainda não estão nesse nível.

Então, quando um trabalhador de um país pobre aceita que as condições no seu país devem ser as mesmas, por exemplo, da Itália, ele, na verdade, quebrará o país dele, porque vai levar muitos anos para o que seu país possa chegar ao padrão de conquistas sociais a que chegou a Itália, sobretudo, se levar em conta o mundo do trabalho.

O que nós temos discutido com os países, na verdade, José Oliva, é muito mais do que isso, é despertar, em cada país, a possibilidade de uma unidade política. Eu acho que o importante é que as ONG's saibam – até porque tem uma ONG em Cancún – é que depois que nós criamos o G-20, teve vários países que desistiram, porque sofreram pressões. E nós ficamos telefonando para os amigos, tentando convencê-los de que era importante estarem juntos conosco. Essa é uma tarefa muito difícil, não é uma coisa simples e fácil, que baste a gente ter vontade e dizer: vai acontecer. Às vezes, o Celso Amorim tem que viajar dez vezes para um país para convencer uma autoridade de que ter determinada posição é melhor para ele, para nós, é melhor para todos.

Não sei se vocês sabem mas, por exemplo, aqui na América do Sul, muitos países tinham o Brasil como um país imperialista. Não sei se aqui tem argentinos, o Brasil e a Argentina sempre tiveram muitas divergências, não



apenas no futebol. Quando o Brasil foi construir Itaipu, que é a grande hidrelétrica que nós temos no rio Paraná, os militares da época, argentinos, imaginavam que o Brasil estava construindo Itaipu para inundar a Argentina e ameaçaram construir uma bomba atômica. Isso é para vocês terem a dimensão dos problemas.

Hoje, graças a Deus, nós temos com a Argentina, eu penso, a melhor relação que já tivemos em qualquer outro momento histórico. A minha relação com o presidente Kirchner é uma relação de amizade pessoal, de confiança e de companheirismo, porque a Argentina sabe a importância que o Brasil tem para a Argentina, e o Brasil sabe a importância que a Argentina tem para o Brasil. E, os dois juntos, sabem a importância que têm para o Mercosul e para a América do Sul. Portanto, nós temos que viver muito bem. E estamos fazendo isso, levando em conta que, de vez em quando, temos problemas. Mas acho que é assim mesmo, política é assim, e nós vamos evoluir, José Oliva.

Eu acho que o movimento sindical precisa e, se Deus quiser, nós vamos criar os espaços necessários para que o movimento sindical possa participar do Mercosul mais ativamente, possa participar das plenárias, porque não pode só aparecer de vez em quando para entregar um documento, tem que estar participando ativamente. Aí, quem sabe, a gente convença a União Européia a deixar que os sindicatos participem na União Européia com a mesma força que nós vamos permitir no Mercosul, até para brincar com os meus amigos sindicalistas europeus.

_____ : Bom, infelizmente nós não temos mais tempo para as nossas perguntas, e eu queria dizer ao presidente Lula que nós vamos acolher a sugestão e vamos dar continuidade ao trabalho que a sociedade civil vem desenvolvendo. A sociedade civil demonstrou, nos últimos anos, que tem força e vem desenvolvendo o seu trabalho, no sentido de poder implantar os direitos



humanos, sociais e culturais neste país. Grande parte do esforço da sociedade civil serviu para levar este governo ao poder. E esse é um campo que nós vamos acolher, como recomendação, de maneira muito forte.

Em relação à primeira parte da sua recomendação, nós vamos continuar a fazer, que é no sentido de a sociedade civil, autonomamente, se organizar, cobrar, fiscalizar, pressionar, para que os governos dos nossos países possam, de fato, cumprir as suas possibilidades.

Muito obrigado, Presidente.